

Socialdemocracia, corporativismo e bem-estar social na Inglaterra do pós-1945

Thiago Romão de Alencar¹

Resumo: O pós-guerra na Grã-Bretanha ficou marcado pela ascensão do Partido Trabalhista ao governo e pela estruturação do Estado de bem-estar social a partir de 1945. A conjuntura específica britânica levou ao desenvolvimento de estruturas inspiradas no corporativismo, como órgãos tripartites, compondo um modo de regulação especificamente adequado ao regime de acumulação do período. Esse trabalho visa apontar como a ascensão dos trabalhistas foi vital para a manutenção desse Estado, tanto por sua formação e desenvolvimento vinculado aos sindicatos, como pela ideologia dominante no interior de suas fileiras. A visão da História subjacente à moderna socialdemocracia relega à classe trabalhadora e à luta de classes um papel secundário e até inexistente, contrapondo a isso uma imaginada harmonia de interesses no capitalismo desenvolvido. E é por estarem imbuídos dessa visão de mundo que os trabalhistas terão papel fundamental na manutenção da hegemonia sob o Welfare State, na medida em que buscam a neutralização da agência militante da classe trabalhadora ao controlar os sindicatos e direcionar suas demandas, trazendo assim importantes contradições para o próprio movimento trabalhista. No entanto, o protagonismo assumido nesses moldes pela socialdemocracia no pós-guerra não significa uma ruptura de princípios na história do trabalhismo britânico. Pelo contrário: desde sua fundação, o Partido Trabalhista trouxe em seu bojo uma tensão ideológica onde um dos lados permanecia fiel aos princípios reformistas, tornando-se assim essencial para a manutenção da ordem social na Grã-Bretanha do pós-guerra.

Palavras-chave: Socialdemocracia; Trabalhismo; Inglaterra; Estado de bem-estar social; Corporativismo.

Socialdemocracy, corporatism and welfare in post-1945's England.

Abstract: Post-war Britain is known for the emergence of the Labour Party to office and the building up of the Welfare State since 1945. This specific british conjuncture led to the development of corporatist structures, such as triparte bodies, building a mode of regulation suitable to the regime of accumulation of that time. This paper will seek to establish how the rise of the Labour party has had a key role on the maintenance and development of British capitalism, not just for its foundation linked to the trade unions, but also due to the ideology it delivered to its rank and file. The concept of History underlying modern socialdemocracy places the working classes and its struggle at a secondary position, countering to it an imagined class harmony which ignores the wide range of conflicting interests that characterize a developed capitalist society. It is

¹ Doutorando em História Contemporânea do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

precisely due to this belief that Labour acquired a key role in supporting the hegemony under the Welfare State, as it seeks to neutralize the working class militancy by controlling trade unions and gearing their demands, leading to significant contradictions at the core of the labour movement. However, this kind of protagonism held by the post-war socialdemocracy does not entail a breaking point within the principles of labourism. Quite the opposite: since its foundation, the Labour Party has brought to its core a fundamental ideological split, where one of its parts embodied reformist principles, essential to the maintenance of the social and political order in post-war Britain.

Keywords: Socialdemocracy, Labourism; England; Welfare State; Corporativism.

Há uma maneira conservadora de implementar políticas conservadoras; e há uma maneira trabalhista de implementar políticas conservadoras.

MILIBAND, Ralph. Parliamentary Socialism, p. 364

Nos anos 1970, a Grã-Bretanha passou por uma explosão de greves históricas, que denotavam uma ampla mobilização operária. Na segunda metade dessa década, durante o governo trabalhista de James Callaghan, foram registradas anualmente em média 2.412 greves, alcançando mais de 11 milhões de jornadas diárias não trabalhadas em paralisações por local de trabalho. O total de trabalhadores sindicalizados atingiu na época o recorde de 13,5 milhões, 55% da força de trabalho em 1979. Com o desemprego ultrapassando a marca de 1 milhão de pessoas em 1976 – a maior no pós-guerra – e o governo trabalhista encurralado às voltas com negociações setoriais parceladas com diversos sindicatos e a crescente oposição do patronato, ao mesmo tempo em que se dizia obrigado a implementar mudanças estruturais devido a um empréstimo bilionário concedido pelo FMI no mesmo ano, o fracasso era eminente e os limites das políticas de bem-estar se mostravam cada vez mais claros.

Após um abrangente ciclo de greves entre 1978 e 1979, que envolveu paralisações de várias funções públicas – como lixeiros e coveiros – no que ficou conhecido como o “inverno do descontentamento”, os trabalhistas foram derrotados pelo renovado Partido Conservador liderado por Margaret Thatcher, que se notabilizaria por aplicar amplas reformas privatizantes e por uma virulenta atuação antissindical e antigrevista. Sob Thatcher, o desemprego, que no início de seu mandato atingia 5,4% da força de trabalho (o equivalente a 1 milhão e 234 mil trabalhadores), chegou a 12% três anos depois, ultrapassando a marca dos dois milhões para, em 1985, alcançar o patamar histórico de mais de três milhões de pessoas sem emprego. No entanto, apesar do crescimento dos índices de desemprego e de medidas altamente impopulares para

amplas parcelas da população, Thatcher foi reeleita em mais três eleições, cada vez com mais votos de trabalhadores sindicalizados. O que explica isso? Como o Partido Trabalhista não conseguiu capitalizar diante dos fracassos evidentes da política thatcherista com relação à classe trabalhadora britânica? Discutirei algumas possíveis causas deste fenômeno, avaliando as posições e políticas do Partido Trabalhista no poder durante seus três governos no pós-guerra², sua relação com os sindicatos e o movimento operário como um todo num contexto de reformas estruturais e uma sempre presente estagnação econômica, período rico em disputas que expõem as contradições que pretendo explorar. Buscarei demonstrar a função específica que o Partido Trabalhista assume na democracia britânica e as consequências dessa função para as lutas dos trabalhadores.

Trabalhismo no poder: o governo Attlee e o Estado de bem-estar social.

A vitória trabalhista na primeira eleição do pós-guerra significou um marco na política britânica: liderado por Clement Attlee, o partido fundado pelo movimento sindical britânico em princípios do século XX (explicitar os outros órgãos que fundaram o partido) assumiu o poder com uma confortável maioria parlamentar que lhe permitiria implementar as políticas sociais previstas prometidas e exigidas ao fim da guerra, que envolviam modificações substantivas na estrutura do Estado britânico que começaram a ocorrer ainda no período da guerra.

A experiência da guerra e do planejamento estatal durante ela foi fundamental para a mudança de paradigma na relação entre governo e sociedade. O fato de que, durante a Segunda Guerra, as pessoas se alimentavam melhor do que no período do entre-guerras e conseguiram ter garantido minimamente seu emprego, gerou uma espécie de demanda popular para que a organização estatal do período da guerra fosse mantida em tempos de paz no que tangia à questão social. Por séculos a estrutura política britânica fora controlada pela parcela rica e menor dessa sociedade, e a guerra trouxera a esperança de que o Estado pudesse assumir funções voltadas para as necessidades dos despossuídos. O ideário de uma justiça social implementada com o

² Clement Attlee: 1945-1951/Harold Wilson: 1964-1970 e 1974-1976/James Callaghan: 1976-1979.

aval e a ação do Estado, sob a égide de um governo cuja liderança estivesse sob os cuidados do partido que representava a grande massa trabalhadora do país, tornaram-se a base da sustentação da vitória dos trabalhistas na eleição de 1945.

É importante que se diga que diversos autores³ apontam com ressalvas os avanços de 1945, tratando-os mais como continuidades das políticas do período da guerra em tempos de paz, do que qualquer outra coisa. Para Saville, a fama posterior do primeiro governo trabalhista do pós-guerra – radical, revolucionário e inovador – seria resultado tanto da forte campanha conservadora contra o governo como da própria propaganda trabalhista. Durante a guerra ainda, integrantes do governo conservador admitiam que os controles impostos à indústria deveriam permanecer por um tempo após a guerra até que a economia se estabilizasse. A defesa do pleno emprego e a extensão da previdência e do bem-estar também eram vistas como essenciais para a manutenção da paz social, pois a lembrança da forte militância trabalhadora do entreguerras e o sucesso soviético ainda eram vivos. Por mais que discordassem com relação à intensidade da aplicação de suas políticas, trabalhistas e conservadores concordavam quanto ao teor fundamental do papel do Estado no pós-guerra, cuja maior parte da estrutura estatal requerida já havia sido montada no governo de coalizão da guerra liderado por Churchill.

Portanto, ao assumirem o governo, os trabalhistas já partiam de certa *expertise* adquirida no governo anterior. E quanto a isso, um dos debates fundamentais do período girava em torno das nacionalizações e do controle público das indústrias e serviços. Na conferência anual do Partido Trabalhista em 1944, a executiva nacional do partido adotou em seu programa final resoluções que admitiam que o objetivo do pleno emprego não demandava especificamente nacionalizações, muito menos a tomada pelo Estado da organização direta de indústrias, mas apenas o controle e o planejamento da localização e instalação de novas indústrias – a fim de evitar desempregos regionais – e a direção de políticas de gerenciamento de produção adotada por essas indústrias. Por outro lado, a base do partido, tanto na militância local como nos sindicatos, pressionava por um vasto e comprometido programa de nacionalizações. Uma moção do T&GWU⁴

³ Panitch, Saville, Leys....

⁴ Sindicato dos Trabalhadores do Transporte.

na mesma conferência demandava que “todos os serviços vitais, propriedade territorial, bancos, carvão e energia, aço, indústria química e transporte (incluindo estradas, ferrovias, navegação e aviação civil) deveriam ser submetidas a um sistema de propriedade e controle públicos”.⁵ Outra moção apontava para a necessidade vital de uma nova legislação que garantisse que as empresas de propriedade pública fossem “democraticamente controladas e operadas de acordo com o interesse nacional, com representação de trabalhadores e de consumidores”.⁶

A reação da executiva nacional perante estas manifestações de sua base já indicava o caminho seguido durante os governos do pós-guerra: a alta cúpula do partido respondeu que estudaria com cautela as medidas propostas, agregou as medidas menos radicais em seu programa eleitoral e realizou apenas o indispensável no governo. Tal programa em si continha importantes indicações, por exemplo ao diferenciar a matriz industrial do país entre indústrias já maduras e prontas para serem postas sob controle e propriedade pública e as grandes indústrias não aptas para tal mudança de status. Isso significava basicamente que a maior parte das indústrias e finanças britânicas permaneceriam sob controle privado. E quanto às indústrias e serviços aptos a serem nacionalizados, a maioria já havia sido recomendados por comitês investigativos do partido conservador em governos anteriores. Mais do que isso, Herbert Morrison, líder do partido na Câmara dos Comuns durante o governo Attlee e uma das figuras mais proeminentes do governo, referindo-se ao debate das nacionalizações, afirmou na mesma conferência de 1944, que estas deveriam ser analisadas

indústria por indústria, de acordo com os méritos de cada caso... em nossos debates eleitorais não é sadio dizer que iremos socializar eletricidade, combustíveis e energia só porque isso está de acordo com os princípios do Partido Trabalhista... devemos empregar uma boa parte do nosso tempo argumentando a favor da nacionalização dessas indústrias baseados no mérito de seus casos específicos. É assim que a mentalidade britânica funciona. Não funciona no vácuo de teorias abstratas.⁷

⁵ *Supplementary Report and Special Final Agenda, Party Annual Conference 1944*, p. 36.

⁶ *Labour Party Annual Conference Report, 1944*, p. 163.

⁷ *Labour Party Annual Conference Report, 1945*, p. 90.

Para Miliband, a conclusão a se tirar destes indicativos era clara: as nacionalizações não estavam sendo discutidas “como parte da causa geral do socialismo contra empreendimentos capitalistas, mas em termos de uma solução específica para situações particulares e aplicável apenas em termos puramente funcionais e técnicos à determinadas indústrias e serviços”.⁸ Igualmente, a questão da participação dos trabalhadores na administração de empresas públicas, que deveria fazer parte de um plano maior de radicalização da democracia industrial e era um dos pilares do apoio da militância sindical ao partido, foi relegada à segundo plano pela executiva nacional do partido com a mesma justificativa da necessidade de uma análise mais pormenorizada e específica de cada caso. Lentamente, um descompasso surgia entre as demandas das bases eleitorais e sindicais do partido de um lado, e as altas cúpulas diretoras da executiva nacional do partido e, como veremos mais adiante, das próprias direções dos sindicatos, de outro.

O caráter profundamente conservador das nacionalizações propostas pelos trabalhistas ficou patente à medida que o governo ia avançando e seus objetivos iam ficando mais claros. As tímidas propostas do governo – deixando de fora, por exemplo, as indústrias de ferro e aço, as mais importantes indústrias de base britânicas – tinham por objetivo explícito a melhoria da eficiência produtiva e financeira das empresas, que seriam administradas sob métodos que não se diferenciavam dos das antigas administrações privadas. Quanto a isso, havia pouca oposição dos conservadores, algo inclusive apontado sem nenhum constrangimento pelo primeiro-ministro trabalhista em seu livro de memórias⁹. Uma explicação plausível para esse fato era que, na maioria das empresas e indústrias nacionalizadas, os integrantes das mesas diretoras estatais destas empresas eram homens ligados à iniciativa privada, em grande parte seus antigos donos, ou até outros integrantes poderosos do setor de finanças, incumbidos, obviamente, de manter o funcionamento destas empresas ainda sob a ótica da produção capitalista, mas

⁸ MILIBAND, Ralph. *Parliamentary Socialism: A Study in the Politics of Labour*. Londres: Merlin Press, 1979, p. 279.

⁹ ATTLEE, Clement, *As It Happened*. Londres, 1954, p. 165 *apud* MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 288.

sem os encargos e preocupações financeiras que estas geravam sob sua própria administração. Como aponta Saville, o *Capital Issues Committee*, montado em 1939 e retomado pelo governo trabalhista para debater e decidir políticas econômicas e gastos do Tesouro Nacional, era composto por sete banqueiros, corretores de valores e membros da burguesia industrial. O único representante do governo no comitê era membro do Erário e possuía cargo de secretário no comitê, sem participar nas discussões deliberativas. E a lista poderia ser estendida:

O regulador da produção de couro na Junta de Comércio até o fim de 1951 era um representante da Federação dos Curtidores de Couro. O regulador da produção de fósforos em 1946 era um representante da Bryant and May, a maior produtora de fósforos britânica, e por um tempo estabeleceu seus escritórios nas instalações da própria firma. O regulador da produção de papel era presidente da maior firma produtora de papel. O regulador da produção de calçados era diretor da indústria de calçados Dolcis, e os reguladores ou conselheiros da produção de meias, mobília e tabaco eram representantes comerciais de grandes empresas desses setores. Empregados da Destillers Ltd. ocuparam os cargos mais importantes no setor de Controle da Produção Industrial de Melão e Alcool da Junta de Comércio, e os membros do setor de Controle da Produção de Algodão, de acordo com um porta-voz do governo, eram ‘amplamente recrutados das empresas de algodão de Liverpool’.¹⁰

As polpudas compensações financeiras que o governo prestava a estes mesmos empresários, liberando um útil montante em um período de baixa lucratividade, transformava as nacionalizações em um negócio altamente vantajoso. Ao mesmo tempo, o fato de que apenas empresas em processo de falência, não centrais para a economia ou empresas de serviços públicos essenciais tenham sido nacionalizadas, acabava esvaziando o apelo popular e socialista que o projeto inicial das nacionalizações carregava em si.

O fato de que a outra ponta do projeto inicial das nacionalizações, ou seja, a participação dos trabalhadores na organização e direção destas empresas tivesse sido relegado à segundo plano, contribuiu igualmente para isso. A justificativa de Stafford Cripps, chanceler do Erário durante o governo Attlee e uma das mais importantes figuras políticas da época, apontava o caminho. Num depoimento ao jornal *The Times*

¹⁰ ROGOW, A. A. & SHORE, P. *The Labour Government and British Industry, 1945-1951*. Oxford, 1955, p. 62 *apud* SAVILLE, John. *Labourism and the Labour Government*, p. 80.

em outubro de 1946, Cripps afirmou que não havia ainda “um número suficiente de trabalhadores na Grã-Bretanha capazes de assumir o controle de grandes empreendimentos industriais (...) e até que haja mais experiência por parte dos trabalhadores no lado gerencial do processo de trabalho, penso ser impossível haver indústrias controladas inteiramente por trabalhadores”.¹¹ O fato de que, nem o TUC, nem o Partido tomassem qualquer medida para mudar esse quadro instaurava a sensação de que a cláusula quatro¹² da constituição do partido permaneceria letra morta. A verdade era que

a intervenção do governo em assuntos econômicos, apesar ter sido em alguns aspectos penosa para a indústria privada e as finanças, não apresentou um desafio real ao poder dos homens que continuaram a controlar os recursos econômicos do país, ainda mais porque estes mesmos homens desempenhavam um papel cada vez maior, direta ou indiretamente, na determinação da natureza e das aplicações da intervenção do Governo.¹³

No entanto, ficou para a história o fato de que foi o governo trabalhista de 1945 quem implementou o *National Health Service*¹⁴, regulamentou e ampliou consideravelmente a seguridade social, aprofundou o sistema de moradias públicas herdado da guerra e aumentou a idade escolar mínima de conclusão. Nenhum outro governo havia feito tanto, ainda mais em meio às grandes dificuldades econômicas que o país enfrentava logo após o término do conflito mundial. O fato dessas medidas serem

¹¹ *The Times*, 28 de outubro de 1946, citado em MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 289.

¹² A cláusula quatro afirmava que um dos objetivos do partido era “assegurar aos trabalhadores manuais e intelectuais a totalidade dos frutos do seu esforço e a distribuição mais equânime possível destes, baseada na propriedade comum dos meios de produção, distribuição e troca, e o melhor sistema de administração e controle popular possível de ser obtido em cada indústria e serviço”.

¹³ MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 291.

¹⁴ Serviço Nacional de Saúde, um dos maiores sistemas de saúde pública e gratuita de toda a Europa Ocidental.

levadas a cabo pelo próprio Estado, sob governo trabalhista, certamente serviu para assustar membros do *establishment* conservador, ao mesmo tempo em que insuflava a classe trabalhadora, que via no governo de seu partido possibilidades para uma reversão fundamental do equilíbrio de forças que compunham a sociedade.

Parte dessa visão sustentava-se a partir da relação no parlamento entre políticos e sindicatos. Como resultado da eleição de 1945, mais de um terço dos 393 parlamentares trabalhistas eleitos era patrocinado por sindicatos e pelo TUC, o que tornava a relação entre governo, partido e sindicatos ainda mais simbiótica. Claro está que os sindicatos já gozavam de certa participação em consultas do governo e em órgãos administrativos desde o período da guerra, mas a chegada dos trabalhistas viria aprofundar isso. Por outro lado, o partido esperava dos sindicatos uma estreita cooperação para tocar de frente suas políticas econômicas principalmente no que tangia aos salários, sendo para isso fundamental a manutenção da disciplina industrial das bases. A título de comparação, nos seis anos do imediato pós-Primeira Guerra, sob os conservadores, o número de jornadas de trabalho diárias perdidas em greves e *lock-outs* ultrapassou os 187 milhões. No mesmo período de tempo após a Segunda Guerra, ou seja, o período do governo Attlee, o mesmo número caiu para menos de 13 milhões.

A mesma relação de contenção da radicalidade e das demandas existia no próprio partido e no chamado “partido parlamentar”¹⁵. Seja sobre a política externa¹⁶, seja sobre o alcance e o caráter das nacionalizações, da participação operária nos órgãos consultivos ou das relações industriais, a alta cúpula do partido se utilizava dos mais diversos artifícios para conter o avanço das demandas da base. Em comum, a neutralização dos avanços da esquerda do partido: no parlamento, o argumento de que o mais importante era a unidade do partido contra os conservadores¹⁷. Dentro do partido,

¹⁵ Referência aos parlamentares eleitos atuando em seus mandatos na Câmara dos Comuns.

¹⁶ A questão da política externa dos trabalhistas por si só necessitaria de um capítulo específico. Optei por deixá-la de lado neste trabalho.

¹⁷ Muitas vezes, os parlamentares que acompanhavam as medidas preconizadas pelos dirigentes do partido, preferiam se apoiar em políticos de outros partidos do que a conceder espaço aos parlamentares trabalhistas mais à esquerda.

medidas eram tomadas visando isolar a cúpula do partido e os ministros no governo, desvinculando as medidas e votações nas conferências anuais do partido com relação aos atos do governo. Ao longo dos governos trabalhistas, ficou claro que o governo queria se colocar livre de possíveis orientações e resoluções mais à esquerda que porventura passassem em votações abertas nas conferências partidárias.

Já ao fim do primeiro mandato, as discussões no partido quanto ao prosseguimento e aprofundamento das medidas relativas à propriedade pública dominaram os debates e explicitaram mais uma vez o real caráter do governo em questão. Herbert Morrison, discursando na conferência de 1948 que discutia o próximo programa eleitoral, afirmou que era preciso

permitir aos ministros do governo tempo adequado para consolidar, desenvolver e tornar mais eficientes as indústrias que haviam sido socializadas sob o parlamento atual (...) devemos fazer um programa atrativo tanto para nós como para a opinião pública (...) devemos esperar um novo programa com caráter e velocidades ligeiramente diferentes com relação ao último.¹⁸

O programa saído da conferência, *Labour believes in Britain*¹⁹, demonstrava claramente como a liderança trabalhista estava convencida a “consolidar” as medidas realizadas no primeiro governo, postergando indefinidamente tanto novas nacionalizações de impacto mais redundante, como qualquer tipo de alteração substancial nas relações industriais. O núcleo duro da iniciativa privada permaneceria intocado e a tomada, por parte do governo, de empresas em vias de falir, agradava aos olhos e bolsos da burguesia britânica, ao mesmo tempo em que não atendia plenamente aos interesses das bases eleitorais e nem impressionava os eleitores de classe média que se tornariam obsessão do partido nos anos seguintes. A proposta de nacionalização das empresas de seguro de vida, das indústrias de açúcar, cimento, processamento e venda por atacado de carnes, água e alguns minerais, além da previsão de nacionalização de mais indústrias que apresentassem riscos de falência – sob esquema de indenizações e de manutenção dos moldes da antiga administração – e, principalmente, a própria forma como as indústrias já nacionalizadas eram administradas, ajudavam a manter a inércia

¹⁸ *Labour Party Annual Conference Report, 1948*, p. 122.

¹⁹ Citado por MILIBAND, Ralph., *op. cit.*

do partido no que tangia ao objetivo especificado na cláusula quatro da constituição do partido.

As medidas e pronunciamentos dos trabalhistas nos anos finais do seu governo denotavam um distanciamento cada vez maior entre base e dirigentes com relação aos objetivos e ao caráter do governo que chegava ao fim e também dos futuros governos do partido. Os ativistas e militantes do partido pareciam ver as primeiras medidas de nacionalização e o Estado social construído durante a primeira administração trabalhista como os primeiros passos do que se imaginava ser uma revolução social e política que enfim implantaria o socialismo na Grã-Bretanha. Construía-se assim os primeiros passos para a “via britânica para o socialismo”. Por outro lado, para os parlamentares e líderes do próprio partido, suas medidas implantadas nesse momento já significavam *em si e por si*, o próprio socialismo. Para eles, grande parte da missão trabalhista já havia sido alcançada pelas mudanças promovidas. O mesmo Morrison afirmou, na Conferência de 1949 – que discutiu o programa para a eleição do ano seguinte – que o partido trabalhista

introduziu um novo modelo de Socialismo e da doutrina Socialista, algo como um Empreendedorismo Público Competitivo. Através dela exploraremos novos ramos e revitalizaremos empreendimentos privados a partir de suas próprias técnicas de competição e, me arrisco a dizer, não será um mau negócio para os empreendimentos privados que isto assim seja. Devemos viver numa economia mista por um longo período pela frente. Parte da economia será nacionalizada, parte será de empreendimentos privados; a rede privada será chamada a se adequar às exigências gerais do planejamento econômico no interesse do público como um todo.²⁰

Pautando sua campanha eleitoral mais nas conquistas do governo anterior do que em projetos para o futuro visando aprofundar as reformas, convivendo com uma forte oposição *tory* que, ao mesmo tempo em que se comprometia em manter o pleno emprego, atacava o programa trabalhista de nacionalizações, o partido acabou derrotado nas eleições de 1951, permanecendo longe do governo até a segunda metade da década de 1960.

Revisionismo e “conservação modernizadora”: os anos Wilson.

²⁰ *Labour Party Annual Conference Report, 1949*, p. 155.

A primeira reeleição conservadora em maio de 1955 serviu para demonstrar ainda mais os limites das políticas trabalhistas. Em quatro anos de governo, os conservadores encerraram o racionamento de energia que se arrastava desde a guerra, mantiveram o pleno emprego e os programas sociais, além de terem ampliado o programa de moradias populares. O terror eleitoral propagado pelos trabalhistas – de que os conservadores, ao serem eleitos, destruiriam as conquistas trabalhistas com relação ao Estado de bem-estar – não fez jus à realidade. Chama igualmente atenção o papel colaborativo e conciliador que a estrutura sindical, em particular o TUC, cumpria de forma cada vez mais explícita durante o período. Num pronunciamento oficial logo após o resultado da reeleição conservadora, o Conselho Geral do TUC se referiu à sua prática “profundamente arraigada de buscar trabalhar amigavelmente com qualquer que seja o governo em exercício e através da consulta conjunta com Ministros e com a outra parte da indústria para encontrar soluções práticas para os problemas econômicos e sociais que o país enfrenta”, concluindo que “não deveria haver dúvidas, portanto, com relação à atitude do TUC quanto ao novo Governo”.²¹

Durante o resto da década de 1950, os trabalhistas passaram por uma reavaliação interna, elegendo Hugh Gaitskell, da direita do partido, como líder e aplicando um amplo revisionismo quanto às suas políticas desde o pós-guerra. Capitaneado pelos mesmos homens do governo Attlee, esse revisionismo implicava, por exemplo, numa profunda reavaliação do próprio significado das nacionalizações com relação ao caminho para o socialismo, vistas agora como uma espécie de obrigação puramente eleitoreira e consideradas irrelevantes numa sociedade “pós-capitalista”, da qual a Grã-Bretanha estaria próxima. O relatório de 1957, *Industry and Society*, sintetizava a teoria da “economia mista”, cerne da política a ser tocada pelos trabalhistas sob Gaitskell, o que significava o retraimento ainda maior de possíveis novas propriedades públicas.

Ao mesmo tempo, crescia no partido, após as derrotas eleitorais, o desejo de aproximação com os chamados “eleitores médios”, não militantes nem eleitores cativos do partido mas que poderiam ser conquistados. Usando isto como mais uma justificativa para o recuo de propostas eleitorais, a direção do partido concluía que um novo programa que apontasse para diversas futuras nacionalizações seria facilmente aceito nas conferências do partido. No entanto, na visão da direção, isto não ocorreu pois, se

²¹ T.U.C. *Annual Conference Report*, 1952, p. 300.

houvesse sido elaborado um programa nesses moldes, este seria um programa que, como disse Gaitskell,

em nossos corações nós não acreditávamos que poderíamos levar a frente, que em nossos corações acreditávamos que o eleitorado estaria fadado a rejeitá-lo. Não acreditamos neste tipo de liderança; acreditamos numa liderança que é lúcida e astuta, que não hesita em fazer o partido e o movimento trabalhistas se defrontarem com os problemas da ordem do dia, tanto econômicos como políticos.²²

A declaração de Gaitskell no relatório *Industry and Society*, afirmando que “nenhuma organização, pública ou privada, pode operar de forma efetiva se é submetida à intervenções persistentes e pormenorizadas de cima”, concluindo que não havia “intenção em intervir no gerenciamento de qualquer firma que estivesse realizando um bom trabalho”²³, apenas reforçava a posição do partido quanto ao tema.

O fato de que, às vésperas da eleição de 1959, um dos secretários do partido se sentiu obrigado a negar as “acusações” conservadoras de que uma nova administração trabalhista tinha a intenção de nacionalizar cerca de quinhentas empresas demonstrava a relação conflituosa que se estabeleceu entre o partido, a questão das nacionalizações e as eleições. Tudo isto só confirmava o problema apresentado em suas linhas gerais por Przeworki – que discutirei mais à frente – e apontado na prática por Miliband:

no final dos anos cinquenta, os líderes trabalhistas, obcecados com a questão do sucesso eleitoral, começaram a estar mais convencidos do que os seus predecessores que a condição essencial para este sucesso era apresentar o Partido Trabalhista como um partido respeitável e moderado, livre do preconceito de classe, sob uma ‘perspectiva nacional’, cujo zelo pela reforma estaria sempre temperado por sua ânsia de reforçar a máxima de que Roma não foi construída em um dia – e nem em um século. De fato os líderes trabalhistas nunca estiveram tão obcecados pela visão do potencial eleitor trabalhista como sendo, em sua essência, pequeno burguês, e portanto, passível de se sentir amedrontado por uma alternativa muito radical ao Conservadorismo. Mas o paradoxo dessa visão era que esta era ao mesmo tempo autoconfirmadora e autodestrutiva: autodestrutiva no sentido de que, quanto mais o Partido Trabalhista orientava suas políticas para se adequar àquelas pessoas que Hugh Gaitskell tinha descrito como ‘pessoas comuns e decentes que provavelmente não pensavam grande coisa em matéria de política’, menos interesse elas estavam inclinadas a mostrar com relação ao Partido Trabalhista; e autoconfirmadora no sentido que, quanto menos

²² *Labour Party Annual Conference Report, 1957*, p. 155.

²³ *Industry and Society*, p. 48 apud MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 338.

interesse essas pessoas mostravam no Partido Trabalhista, menos seus líderes obtinham sucesso eleitoral.²⁴

Esse paradoxo começava a aparecer com força na opinião do eleitorado. Logo após a eleição de 1959, que resultou em nova derrota trabalhista, pesquisas oficiais demonstraram que para 38% dos eleitores não fazia diferença que partido estaria no poder (em 1951, esse número era de 20%). Especificamente entre eleitores trabalhistas, 40% destes não conseguiam apontar diferenças fundamentais entre o seu partido e os conservadores. E a tendência era que estes números piorassem. Não ajudou o fato de que, após nova derrota, um novo debate se abriu nas fileiras e conferências do partido sobre os objetivos finais deste: administrar de forma mais eficiente e humana uma sociedade capitalista, ou continuar atuando tendo por fim a construção de uma sociedade socialista, colocando de um lado os revisionistas liderados por Gaitskell – e depois por Harold Wilson – e de outro, os membros da esquerda do partido. No entanto

num partido como o Trabalhista, e num sistema eleitoral que desencoraja fortemente divisões políticas, apelos pela unidade através de compromissos são sempre mais prováveis de encontrarem grande apoio, e de aparecerem como a epítome do bom senso e da sabedoria política. Ao mesmo tempo, tais apelos negligenciam o fato de que o compromisso *genuíno* entre revisionismo de um lado, e propostas socialistas de outro, é impossível; e que qualquer compromisso verbal que possa ser alcançado com base em fórmulas engenhosas, não só perpetuam a paralisia da última década [de 1950], mas também asseguram, na prática, a predominância de políticas favorecidas por uma liderança revisionista.²⁵

Sendo assim, o primeiro governo Wilson (1964-1970) significou o aprofundamento do processo de acomodação do partido trabalhista, recuando de vez na questão das nacionalizações. O documento base para o programa eleitoral de 1964, intitulado *Signposts for the Sixties* e adotado na conferência de três anos antes, mantinha a posição já arraigada de que as nacionalizações seriam cada vez mais avaliadas individualmente e apenas em casos de falências eminentes ou de “interesse nacional”. Dispensa maiores comentários o fato de que, numa sociedade capitalista, os interesses apresentados como nacionais, são na verdade os interesses das frações das classes

²⁴ MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 339.

²⁵ *Idem*, p. 345.

dominantes hegemônicas na sociedade britânica.²⁶ No mesmo documento, apontava-se para o fato de que a economia britânica continuava dominada por um diminuto número de indivíduos, que possuíam enormes poderes econômicos e políticos suficientes para determinar os rumos da nação, afirmando que “esses homens estavam usurpando as funções de um governo que em tese era responsável por todo o povo”.²⁷ E concluía chamando atenção para o

crescimento ameaçador do monopólio privado e da conseqüente concentração de poder em mãos irresponsáveis. As grandes corporações e os impérios financeiros privados que dominam grande parte da economia britânica, e que influenciam decisivamente em sua performance como um todo, tornam-se a cada ano maiores, em menor quantidade e mais interligados.²⁸

As fortes palavras não se conjugaram com as propostas concretas do documento, que apontavam a posse pública de empresas não para quebrar com o poder dos monopólios privados criticados no programa, mas principalmente como um meio para “ajudar no cumprimento do plano nacional de crescimento econômico”. Com um plano desses, os homens que dominavam política e economicamente a Grã-Bretanha tinham pouco a temer com um possível novo governo trabalhista.

O mote da campanha e do posterior governo Wilson foi a busca por uma modernização, renovação e reforma de todas as áreas da sociedade britânica, principalmente na questão econômica. Na conferência partidária de 1963, sua primeira

²⁶ Interessante apontar como a preciosa obra de Ralph Miliband, *O Estado na Sociedade Capitalista*, possui como um de seus principais objetivos – se não o principal – explicitar a partir de que áreas é elaborado e difundido esse pretexto “interesse nacional”, mostrando a circulação e o predomínio da elite econômica britânica nos principais cargos em âmbito político, educacional, estatal, midiático, cultural, jurídico, na burocracia de Estado, entre outros, falando em “doutrinação conservadora” para explicar a supremacia dos interesses de certas frações de classe na sociedade britânica. Para mais, cf. MILIBAND, Ralph. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

²⁷ *Signposts for the Sixties*, p. 10 apud MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 352.

²⁸ *Ibidem*, p. 17.

enquanto líder do partido sucedendo Gaitskell e última antes de ser eleito, Wilson vociferou contra os atrasos da economia britânica, afirmando que o fato da maioria da indústria britânica “ser controlada hoje por homens cuja única reivindicação são suas conexões aristocráticas ou o poder de riquezas herdadas ou da especulação financeira é tão irrelevante para o século XX como seriam a busca continuada de comissões nas forças armadas por nobres amadores”.²⁹ As ações do governo, no entanto, deixaram claro que as críticas de Wilson nesse momento se dirigiam à aspectos específicos da sociedade britânica, e que seu desejo de renovação se relacionava ao próprio sistema capitalista britânico e a suas características “anacrônicas”. Wilson tinha por objetivo um capitalismo renovado, “livre de seus ornamentos aristocráticos e cavaleirescos, dinâmico, profissional, empreendedor, múltiplo e eficiente”. Suas intenções reformistas encontrava-se firmemente estabelecidas “num sistema econômico cujas características *básicas* eram aceitas por Wilson e seus colegas como já dadas; e que todas as suas propostas de mudanças deveriam portanto estar adaptadas – melhor dizendo, *subordinadas* – à natureza e às exigências desse sistema”.³⁰

Portanto, ao afirmar no programa eleitoral vencedor de 1964 que seu governo buscaria aliar a ciência ao socialismo, isto significou na prática o incentivo a uma maior subordinação da ciência de seu país às necessidades do capitalismo britânico; ao decretar o fim do “sistema de apartheid educacional”, eliminando grande parte das prerrogativas aristocráticas que se faziam presente no sistema educacional britânico, abria-se caminho para a meritocracia nas instituições de ensino. A verborragia pseudo-radical de Wilson teria pouco peso prático sem o controle de pontos estratégicos da economia britânica, antiga demanda do movimento sindical e dos militantes mais à esquerda do partido, medidas que a burguesia britânica certamente não concordaria.

Muitas vezes ficou explícito nesse contexto uma maior inclinação do partido na busca de se mostrar e ser um partido de caráter “nacional”, explicitando na prática algo almejado pelo partido desde a sua fundação, pelo menos por uma substantiva parcela dos trabalhistas. Na conferência de 1966, Wilson afirmou, após a vitória numa segunda eleição no mesmo ano, que suas vitórias provavam que “o Partido Trabalhista poderia

²⁹ *Labour Party Annual Conference Report, 1963*, p. 134.

³⁰ MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 355.

prover uma liderança nacional, rejeitando o conceito cínico dos conservadores de um conflito entre classes”.³¹ Na realidade, a noção conservadora apontava a sociedade como um organismo vivo coeso com cada parte tendo sua função delimitada e complementar em prol do bem da comunidade. Se havia conflito, este era causado por indivíduos mal intencionados que buscavam se aproveitar de conflitos do passado enraizados na consciência da classe trabalhadora. Era esta noção que o Partido Trabalhista cada vez mais tomava para si, chegando ao cúmulo de se negar enquanto partido de classe, “acusando” os conservadores de serem o verdadeiro partido de classe, enquanto o trabalhista devia ser visto como o partido da nação.

Economicamente, o governo Wilson conviveu com um grave problema na balança de pagamentos que cresceu exponencialmente nos anos 1960 até resultar na crise do início do governo. Numa entrevista ao jornal *The Guardian* em agosto de 1965, explicando as medidas a serem tomadas pelo governo para buscar uma saída da crise, Wilson justificou o fato de não desvalorizar a libra – medida sugerida pela esquerda do partido para controlar a situação sem onerar tanto a classe trabalhadora – afirmando que, apesar da medida permitir que o governo prosseguisse com os programas de reforma e previdência social,

isto seria totalmente errado, pois existem muitas pessoas ao redor do planeta, incluindo governos, analistas de mercado, bancos centrais, que investiram seu dinheiro na forma de libras esterlinas partindo do pressuposto que o valor da libra seria mantido. Desapontá-los seria não apenas uma quebra de confiança, mas teria também abalado seus planos de manter futuras reservas monetárias em nossa moeda.³²

As palavras por si só explicitavam a escolha de prioridades do governo: garantir a confiança dos mercados na administração trabalhista. E a medida a ser tomada para isso onerava ainda mais a classe trabalhadora: cortes nos programas sociais começaram a ser realizados.

Aos cortes sociais, somou-se um maior empenho do governo de conseguir impor uma política de rendimentos para controlar a inflação e a estagnação econômica – a

³¹ *Labour Party Annual Conference Report*, 1966, p. 162.

³² *The Guardian*, 6 de agosto de 1965, citado em MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 362.

chamada “estagflação” – que caracterizou a economia britânica no pós-guerra. Política essa perseguida pelos trabalhistas desde o primeiro governo e também por conservadores. Na prática, o que esta política significou foi um ataque frontal às demandas salariais dos trabalhadores, com estreita cooperação do TUC, ao mesmo tempo em que se buscavam aumentos na produtividade industrial³³. Ou seja, trabalhadores deveriam produzir mais e aceitar docilmente receberem menos por isso. Em contrapartida, o governo afirmava que a contenção de rendimentos atingiria também a burguesia e seus lucros. A formação do *Prices and Incomes Board*³⁴, com membros do TUC e da CBI³⁵, justamente para discutir os ajustes dessas políticas, levou o ministro da economia da época, George Brown, a declarar que, com a fundação da Junta, “a história estava sendo escrita”, pois a criação do órgão “anunciava o fim da guerra de classes”.³⁶

Entretanto, ficava claro que a luta de classes estava longe de ser terminada num armistício assinado num papel, e a greve de marinheiros de 1966 deixou isso claro. Num discurso televisivo referindo-se a greve e a não negociação por parte do governo, Wilson afirmou que “aceitar a demanda dos marinheiros significaria romper as represas da nossa política de preços e rendimentos... Nossa determinação em insistir nesses princípios mesmo com um custo alto será tomada interna e externamente como uma

³³ Panitch mostra como, comparativamente, entre os anos 1948 e 1974, as rendas tanto brutas como líquidas da classe trabalhadora cresceram percentualmente mais nos períodos de governo conservador do que nos de governo trabalhista. Para mais, ver a conclusão do seu importante *Social Democracy and Industrial Militancy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

³⁴ Junta de Preços e Rendimentos.

³⁵ *Confederation of British Industry*, Confederação das Indústrias Britânicas, principal organização patronal do país.

³⁶ *The Guardian*, 17 de dezembro de 1964, citado em MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 365.

prova de nossa determinação em tornar esta política efetiva”.³⁷ Como o próprio Wilson gostava de dizer, “o movimento trabalhista, ou é uma cruzada implacável, ou não é nada”. Na realidade, cruzada contra os próprios homens e mulheres que formavam este movimento. Após ameaçar represálias e apontar que a greve na verdade era conduzida por “um diminuto grupo de homens politicamente motivados” que impunham “grandes dificuldades a sindicalistas e suas famílias, além de prejudicar a segurança da indústria e o bem-estar econômico da nação”³⁸, a greve foi encerrada uma semana depois, sob ameaças de demissão em massa e prisões por parte do governo.

O partido trabalhista cada vez mais se tornava um importante administrador da economia capitalista britânica, e isso num momento em que a organização institucional e política demandavam estrita cooperação sindical, como no caso da *Prices and Incomes Board*. Nesse contexto, e com a colaboração dos dirigentes do próprio TUC, a classe trabalhadora massificou seus movimentos grevistas “não-oficiais”, organizados por fora da burocracia sindical. Data desta época a tentativa do próprio governo trabalhista de regularizar estas greves, visando uma reforma nas relações industriais que penalizasse esse tipo de paralização e restringisse o direito à greve. Ao fim da década e do governo, a tentativa acabou fracassando, mas permaneceria como importante bandeira, tanto conservadora como trabalhista, nos anos seguintes.

Trabalhismo, keynesianismo e conciliação de classes.

Coligado organicamente à ideologia hegemônica do bloco histórico keynesiano-fordista, o Partido Trabalhista Britânico passou por intensas transformações internas, que culminaram na sua adaptação à nova hegemonia capitalista que se abriu nos anos 1980, continuando o caminho trilhado nas décadas anteriores. O abandono das nacionalizações, da busca pelo pleno emprego e da relação intrínseca com os sindicatos sinalizaram essa metamorfose. James Callaghan, o recém-empossado primeiro-ministro, na Conferência do partido de 1976, afirmou que

³⁷ Entrevista citada por FOOT, Paul, *The Politics of Harold Wilson*. Londres: Penguin, 1968, p. 173 *apud* MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 367, grifos meus.

³⁸ *Ibidem*.

Nós achávamos que podíamos sair da recessão e aumentar o emprego cortando impostos e aumentando os gastos públicos. Digo a vocês com toda sinceridade que essa opção não existe mais e que, enquanto ela durou, serviu, em todos momentos desde a guerra, apenas para injetar doses maiores de inflação na economia, tendo por consequência níveis cada vez maiores de desemprego. (...)

Devemos voltar ao básico. Em primeiro lugar, a superação do desemprego agora inequivocamente depende dos custos da nossa força de trabalho estarem ao menos no mesmo nível dos nossos maiores competidores internacionais. Em segundo lugar, nós apenas podemos nos tornar competitivos se tivermos o tipo correto de investimento no nível correto, significativamente aumentando a produtividade tanto do capital como do trabalho.³⁹

Qual seria, então, o real caráter histórico do reformismo trabalhista? Pode-se falar em reformismo, no sentido clássico da política de esquerda? Teriam as instituições principais do movimento trabalhista britânico – o partido Trabalhista e o TUC – servido aos interesses do capital desde que alcançou o poder, se aproveitando da sua inserção entre a classe operária para desarticulá-la e ajudar na expansão do capitalismo no pós-guerra? Ou teria sido um caso de ingenuidade e equívoco tático perante os limites estruturais que o Estado capitalista impõe às forças de esquerda? Até onde se deve acreditar na autoimagem do partido nos anos 1970, “socialistas democráticos cuja missão é trazer uma mudança fundamental e irreversível no equilíbrio de bem-estar e riqueza a favor da classe trabalhadora e de suas famílias”⁴⁰?

Ainda no programa eleitoral de 1983, os trabalhistas se declaravam socialistas democráticos cujo objetivo último era implementar o socialismo na Grã-Bretanha. A tardia aposta na ampliação do programa de nacionalizações esbarrou no novo arranjo do capitalismo mundial, que demandava medidas de natureza virtualmente oposta às defendidas pelo partido, enfraquecido e dividido internamente, afastado das bases sindicais que tanto o fortaleceram anteriormente, cuja profunda desconfiança com o real sucesso das promessas eleitorais, comparadas ao histórico do partido nas administrações

³⁹ Disponível em: <http://www.britishpoliticalspeech.org/speech-archive.htm?speech=174>. Acesso: 03/02/2017.

⁴⁰ Retirado do manifesto eleitoral trabalhista para as eleições de 1979, intitulado *Britain Will Win With Labour*. Disponível em: <http://www.politicsresources.net/area/uk/man/lab74oct.htm>. Acesso: 03/02/2017.

anteriores, dispersou o voto dos trabalhadores. Assim como dominara o espectro político durante os trinta anos gloriosos do capitalismo europeu, o fordismo-keynesianismo britânico, a ideologia orgânica do período, foi enterrado na história pelos trinta anos subsequentes, cedendo lugar à avalanche neoliberal que se seguiu, levando consigo uma parte importante da história do Partido Trabalhista e do movimento sindical britânicos.

Um grande debate se abriu na esquerda britânica durante os anos 1980 sobre os motivos do fracasso do trabalhismo naquele período⁴¹. Um dos pontos vitais era a questão da relação entre o keynesianismo e o reformismo trabalhista, sobre como esta teoria influenciou os rumos políticos do Partido Trabalhista, principalmente após sua ascensão incontestada ao poder com a vitória na eleição de 1945 e a conquista de uma confortável maioria no Parlamento. Para muitos, a teoria keynesiana serviu como justificativa teórica e política no pós-guerra para as políticas de bem-estar adotadas pelo trabalhismo. Como qualquer teoria econômica, o keynesianismo também não deixava de ser parte de “racionalizações dos interesses políticos de classes e grupos conflitantes, e como tal devem ser tratadas. Por trás de alternativas econômicas espreitam visões da sociedade, modelos de cultura e investidas em direção ao poder”.⁴² Há afinidades intrínsecas entre a teoria e as políticas macroeconômicas keynesianas e grande parte das intenções do alto escalão do Partido Trabalhista – em grande parte contrárias, como já vimos, às intenções das bases do partido, qual seja, a apropriação comum dos meios de produção pela classe trabalhadora organizada no partido. Entretanto, a própria visão da virada reformista do Partido Trabalhista apenas no pós-guerra deve ser aceita com cautela.

Para Przeworski, é a adoção do keynesianismo que fornece à esquerda social-democrata uma teoria econômica própria, ao mesmo tempo em que aprofunda de vez a divisão entre uma esquerda marxista e outra reformista, conferindo a esta última um

⁴¹ Um importante documento deste debate trata-se de HOBBSAWM, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos (1977-1988)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

⁴² PRZEWORKI, Adam. *Capitalismo e Socialdemocracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 243.

caráter integracionista e menos combativo do que antes, influenciando suas visões políticas e econômicas de forma decisiva. Como a trajetória trabalhista aparentemente mostraria, para o autor,

A adoção das ideias keynesianas não tardou a levar os social-democratas a desenvolver uma ideologia abrangente sobre o ‘estado de bem-estar’. Os social-democratas definiram seu papel como sendo o de modificar a interação das forças de mercado, efetivamente abandonando por completo o projeto de nacionalização. A aplicação bem-sucedida dos instrumentos keynesianos era vista como a prova de que a nacionalização – repleta de problemas e incertezas como se revelou – era não só impossível de ser conseguida pela via parlamentar, mas além disso desnecessária. (...)

Em vez da propriedade direta, o Estado podia concretizar todos os objetivos socialistas influenciando a indústria privada a agir em função do interesse geral. (...) Se o Estado pudesse regular a indústria privada quando necessário e mitigar os efeitos da livre interação das forças de mercado, a propriedade direta seria desnecessária e desaconselhável; esse passou a ser o lema da social-democracia em consequência da revolução keynesiana.

(...) dentro dos limites do capitalismo (...), os social-democratas descobriram um novo caminho para a reforma, abandonando o projeto de nacionalização em favor do bem-estar geral. O novo projeto, na verdade, implicava um compromisso fundamental com aqueles que ainda eram denunciados como exploradores.⁴³

A conclusão dessas premissas tem efeitos profundos na organização política e no papel destes partidos, sendo notório o caso do trabalhismo britânico. Conforme explica o próprio Przeworski,

O compromisso básico entre os socialdemocratas e o capital privado é uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista. (...) Essa expectativa [contida na teoria keynesiana] de que os lucros correntes seriam transformados em melhoras futuras nas condições materiais dos assalariados tornou-se a base do consentimento dado pelos socialdemocratas ao capitalismo. Os socialdemocratas consentem com o direito dos capitalistas de reter uma parte da produção da sociedade porque esperam que os lucros apropriados pelo capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos como remuneração a outros grupos. (...)

Esse é o motivo por que *os socialdemocratas abrem mão da abolição da propriedade privada dos meios de produção em troca da cooperação dos capitalistas na elevação da produtividade e na distribuição dos ganhos. Por isso é que os socialdemocratas não só procuram reproduzir o capitalismo mas também lutam para aperfeiçoá-lo*, mesmo enfrentando a resistência dos capitalistas. (...)

Os socialdemocratas não conduzirão as sociedades europeias ao socialismo.⁴⁴

⁴³ *Idem*, pp. 54-55.

⁴⁴ *Idem*, pp. 60-61, grifos meus.

Portanto, como bem afirma o mesmo Przeworski, o keynesianismo que sustentava o reformismo trabalhista no pós-guerra não dirigia a Grã-Bretanha para o socialismo numa via democrática-parlamentar e sim “para o compromisso de classes, dando aos partidos políticos representantes do operariado uma justificativa para exercer cargos políticos em sociedades capitalistas.”⁴⁵ Compromisso este impossível sem que uma das partes, obviamente o lado proletário, ceda sempre mais, de forma consentida ou coerciva, como viriam a descobrir duramente na prática os trabalhadores militantes do partido trabalhista. A atuação dos social-democratas – em nosso caso, dos trabalhistas britânicos – teria trazido consequências variadas, tanto para o reformismo contido no partido, como para as próprias pretensões do Estado de bem-estar desenvolvido no período:

A intervenção do Estado na economia deve pautar-se por critérios de eficiência, os quais distinguem claramente da preocupação com a equidade. (...) a política social da social-democracia consiste, em grande parte, em abrandar os efeitos distributivos de alocações de recursos baseadas em critérios de eficiência. *Tal política não visa à transformação do sistema econômico, mas unicamente à correção dos efeitos de seu funcionamento. Tendo se comprometido a manter a propriedade privada dos meios de produção, assegurar a eficiência e mitigar os efeitos distributivos, a social-democracia deixou de ser um movimento reformista.* O reformismo sempre significou um progresso gradual em direção a transformações estruturais; tradicionalmente, encontrou sua justificativa na ideia de que as reformas são cumulativas e se constituem em etapas, conduzindo em alguma direção. A atual política dos social-democratas, por sua própria lógica, não permite mais a acumulação de reformas.⁴⁶

Assim, na visão de Przeworski, a íntima relação entre keynesianismo e trabalhismo no pós-guerra britânico teria dado a sustentação teórica e política para o abandono do reformismo pelo Partido Trabalhista no poder e, portanto, em última instância, de qualquer perspectiva de modificação estrutural do capitalismo em direção ao socialismo. Como primeira consequência prática disso, Przeworski aponta a própria opção dos partidos social-democratas em se distanciarem de sua origem de classe para fins eleitorais. Vimos como isso foi notório no caso do trabalhismo britânico, com a

⁴⁵ *Idem*, pp. 244-245.

⁴⁶ *Idem*, pp. 57-58, grifos meus.

obsessão pelo voto da classe média nos anos 1960 servindo como justificativa para as medidas do partido no poder. Quanto a isso, a explicação de Przeworski merece ser citada na íntegra:

A classe molda o comportamento político dos indivíduos tão-somente se os que são operários forem organizados politicamente como tal. Se os partidos políticos não mobilizam as pessoas como operários, e sim como ‘as massas’, ‘o povo’, ‘consumidores’, ‘contribuintes’ ou simplesmente ‘cidadãos’, os operários tornam-se menos propensos a identificar-se como membros da classe e, conseqüentemente, a votar como operários. Ao estender seu apelo às ‘massas’, os social-democratas enfraquecem a importância geral da classe como determinante do comportamento político dos indivíduos.

(...)

Quando os social-democratas estendem seu apelo, têm de prometer lutar não pelos objetivos específicos dos operários como coletividade – aqueles que constituem os bens públicos para o operariado como classe – mas somente pelos objetivos que os operários compartilham, como indivíduos, com membros de outras classes. (...)

Os partidos social-democratas orientados para ‘o povo’ continuam a ser partidos de operários enquanto indivíduos. Deixam de ser a organização dos operários como classe, que disciplina os indivíduos na competição entre si contrapondo-os a outras classes. *É o próprio princípio do conflito de classes – o conflito entre coletividades internamente coesas – que se torna comprometido quando partidos de operários transformam-se em partidos das massas.*

A diferenciação do apelo de classe, contudo, não afeta unicamente a organização do operariado como classe. Produz um efeito fundamental sobre a forma dos conflitos políticos em sociedades capitalistas, pois reinstala uma visão da política desvinculada do conceito de classe. Quando os partidos social-democratas tornam-se partidos ‘de toda a nação’, reforçam a visão da política como um processo de definição do bem-estar coletivo ‘de todos os membros da sociedade’. A política, novamente, é definida consoante a dimensão indivíduo-nação, e não em termos de classe.

Essa supressão da ênfase no conflito de classes, por sua vez, afeta os operários. À medida que a identificação com a classe diminui, os partidos socialistas vão perdendo sua atração exclusiva para o operariado.⁴⁷

Percebe-se de fato um claro enfraquecimento de representatividade do partido trabalhista e do próprio movimento sindical britânico, que repercutiria a partir da década de 1970 em diante, cuja desfavorável correlação de forças inclusive facilitou o trabalho das virulentas medidas thatcheristas com relação à organização da classe trabalhadora e suas demandas materiais. Quanto a isso, os dados são muito claros: as eleições de 1983 trouxeram a confirmação dessas tendências, quando 35% de operários especializados votaram no trabalhismo, uma diminuição de mais de ¼ com relação à 1979; apenas 39%

⁴⁷ *Idem*, pp. 42-43, grifos meus.

dos sindicalistas votaram no partido que fundaram, seguindo a queda constante que vinha ocorrendo desde as eleições de 1964, quando 73% de trabalhadores sindicalizados votaram nos trabalhistas. Ao mesmo tempo e de forma ainda mais grave, cresceu o número de votos de sindicalistas em outros partidos: enquanto seu voto nos conservadores girava em torno dos 30% desde os anos 1960, 29% dos sindicalistas votou na aliança de Liberais e Socialdemocratas em 1983. Entre alguns setores específicos a situação também é indicativa dessa crise de representatividade: o voto das mulheres nos trabalhistas, em geral, caiu pela metade entre 1979 e 1983. Entre os jovens de 18 a 22 anos participando de sua primeira eleição, os trabalhistas foram os menos votados, alcançando apenas 17% dos votos válidos desse setor, contra 41% na eleição anterior. Além do mais, um terço dos jovens sequer votou, um dos maiores índices de abstenção entre essa parcela da população desde os anos 1950. No total dos votos, o Partido Trabalhista ficou com apenas 29% dos votos válidos, menos de um milhão a mais que a coalizão Liberais/Socialdemocratas.

Concordamos, portanto, com o diagnóstico de Przeworski. De fato, a organização em partido eleitoral propriamente dito por si só já traz graves consequências à organização da classe trabalhadora enquanto classe, transformando-a num amontoado de cidadãos eleitores. E o problema se agrava mais ainda quando este partido que se fundava na força do operariado decide ampliar suas bases eleitorais interclasses. Como o mesmo autor explica,

uma relação de representação impõe-se à classe pela própria natureza das instituições democráticas capitalistas. As massas não agem diretamente em defesa de seus interesses, e sim delegam essa defesa. Isso vale tanto para os partidos como para os sindicatos: o processo de negociação coletiva apresenta-se tão distante da experiência cotidiana das massas como as eleições. Massas representadas por líderes – eis o modo de organização da classe trabalhadora no seio das instituições capitalistas. Dessa maneira, a participação desmobiliza as massas.⁴⁸

Entretanto, este é um problema que apareceu com força no Partido Trabalhista desde a sua fundação, não possuindo, portanto, relação direta com a adesão ao keynesianismo ou à chegada ao poder no pós-guerra. Przeworski chega a afirmar que a

⁴⁸ *Idem*, p. 27.

“orientação para as camadas médias, consideradas em termos abrangentes, assumida no pós-guerra por diversos partidos social-democratas não é resultado de uma nova postura estratégica, e sim um reflexo da transformação da estrutura de classes na Europa Ocidental”.⁴⁹ Panitch critica esta noção de que uma suposta mudança na estrutura de classes nas sociedades europeias tanto devido às mudanças na própria economia capitalista – que estaria eliminando o elemento operário de sua equação – como devido à mudança de caráter implementada pelos Estados providenciários – que teria resultado no declínio da consciência de classe e de um tipo de política baseado em noções de classe, visto agora como anacrônico –, como se o período do Estado de bem-estar tivesse amenizado – ou até eliminado, como queria Crosland – as diferenças de classe.

A visão de um Partido Trabalhista bastião do socialismo desde sua fundação, atacado em suas bases ideológicas apenas no pós-guerra – quando teria sofrido severas modificações impostas pelo seu papel no governo –, ou mesmo vetor de um processo de “traição de classe”, mostra-se profundamente equivocada quando cotejada seriamente com a própria história do partido. São inegáveis – e já foram mostradas aqui – as inúmeras tentativas ocorridas durante as décadas de 1950 e 1960 de se eliminar a identificação unívoca com a classe trabalhadora e de transformar o partido em um importante elemento agregador da sociedade britânica. Em 1959, Douglas Jay, secretário do Tesouro durante o governo Attlee, declarou com pesar que o partido trabalhista “estava correndo o risco de lutar sob o rótulo de uma classe que não existe mais”.⁵⁰ O partido encontrava-se convencido de que as divisões de classe na Grã-Bretanha estavam em vias de desaparecer. Entretanto, este convencimento não se deu por acaso: encontrou-se apoiado nas próprias ideologias fundantes do partido. Como afirma Panitch,

pensa-se geralmente que o elemento crítico da ideologia do Partido Trabalhista repousa em sua escolha dos meios de ação, em seu auto-confinamento à máquina parlamentar. O momento da virada da social-democracia, no entanto, pode não estar em sua decisão em atingir o poder

⁴⁹ *Idem*, p. 40.

⁵⁰ Citado por HASELER, Stephen, *The Gaitskellites*. Londres, 1969, p. 163 *apud* PANITCH, Leo, *Working Class Politics in Crisis: Essays on Labour and the State*. Londres: Verso, 1986, p. 61.

através da via parlamentar, mas em sua rejeição de uma certa visão da classe trabalhadora e do seu papel na história.⁵¹

É bem conhecido o papel fundamental do fabianismo de Sidney e Beatrice Webb na formação e consolidação ideológica do Partido Trabalhista em seus primórdios. Um dos mais importantes líderes ideológicos trabalhistas nesse período, fundador do partido e primeiro-ministro durante o governo de coalizão com os conservadores na primeira metade dos anos 1930, Ramsay MacDonald, inspirado pelos princípios do fabianismo em seus discursos e escritos, exaltava essa crença na unidade orgânica das sociedades em termos não muito diferentes de uma visão conservadora. Para ele,

O socialismo marca o crescimento da sociedade, não a insurreição de uma classe. A consciência que se busca despertar não é a de solidariedade econômica classista, mas a de unidade social e crescimento na direção de um todo orgânico coeso. O lema do Socialismo, assim, não é o da consciência de classe, mas o da consciência comunitária.⁵²

No primeiro programa eleitoral, para as eleições de 1918, elaborado por Sidney Webb, afirmava-se que “o primeiro princípio do Partido Trabalhista é assegurar a todos os membros da comunidade todos os requisitos de uma vida saudável e de uma cidadania que valha a pena. Esta não é de forma alguma uma proposta ‘de classe’”.⁵³ Na década seguinte, a busca por uma “vocação nacional” continuava forte, com o partido afirmando que “não falava como o agente de uma classe específica, mas como o órgão político criado para expressar as necessidades e exprimir as aspira es de todos aqueles que veem no trabalhismo o futuro da humanidade”.⁵⁴ Como se v e, o desejo por se mostrar – e de fato ser – uma organiza o descolada da classe operária sempre esteve

⁵¹ PANITCH, Leo, *op. cit.*, p. 62.

⁵² MACDONALD, Ramsay, *Socialism and Society*, Londres, 1908, p. 114 *apud* PANITCH, Leo, *op. cit.*, p. 63.

⁵³ WEBB, Sidney, *Labour and the New Social Order*, p. 5 *apud* PANITCH, Leo, *op. cit.*, p. 63.

⁵⁴ *Labour and the Nation*, 1928, p. 2 *apud* PANITCH, Leo, *op. cit.*, p. 67.

presente no partido. É claro que esta visão não era unívoca no partido: Harold Laski foi um dos que criticava esta visão trabalhista da sociedade enquanto organismo coeso. O próprio Attlee, ao fim dos anos 1930, criticava MacDonald por sua visão profundamente conservadora. Entretanto, a visão que se consagrou na prática, principalmente a partir de 1945, foi justamente essa, mesmo que por vezes entrasse em contradição quando a relação orgânica do partido com os sindicatos assumia o proscênio da cena política em muitas situações. Sintomático disso é a própria questão da propriedade pública na economia, dissociada pelos altos membros do partido de sua relação intrínseca com o controle *operário* dos meios de produção, antiga demanda do movimento sindical mais à esquerda. Como resume Panitch,

A capacidade do Partido Trabalhista em agir como um partido político integrador que executa as funções sistêmicas de agregação e conversão de demandas [operárias] é afetada por duas variáveis, uma ideológica, outra estrutural. O desenvolvimento da ideologia do partido e de seu apelo eleitoral nos anos 1950 e 1960 deve ser analisado sob a luz da história ideológica do partido, que exibiu desde sempre uma crença na unidade fundamental da sociedade. Sem este pano de fundo histórico ou com uma consciência apenas superficial do passado do partido, que se concentra apenas no comprometimento do partido com relação à propriedade pública e negligencia sua atitude com relação ao papel da classe trabalhadora na mudança da sociedade, é provável que as análises políticas verão as recentes mudanças sociais das décadas de 1950 e 1960 como causas ao invés de suportes dos fatores endógenos que determinaram a posição atual do partido. Acima de tudo, elas negligenciarão a contribuição do próprio partido para a socialização política da classe trabalhadora.

Apesar da história ideológica do partido facilitar sua capacidade de agir como um partido integrador, ele se defronta com limitações estruturais inibidoras provenientes de sua associação com os sindicatos. Enquanto a ideologia partidária não vê capital e trabalho como forças em permanente antagonismo e, por isso mesmo, promete políticas que integram as demandas de ambas as classes, os sindicatos, em virtude de suas próprias funções com relação à indústria, não podem aceitar sem tensões este posicionamento. Enquanto as clivagens de classe permanecerem sendo percebidas por eles como uma importante condição social, os sindicatos estarão menos à vontade para aceitar que suas demandas sejam adaptadas por um partido político que busca ultrapassar essas clivagens. O resultado é um conflito entre os sindicatos e o Partido Trabalhista quanto ao próprio caráter integrador do partido e sobre a política do partido com relação à economia e às relações industriais.⁵⁵

É essa herança fabiana no seio do Partido Trabalhista desde a sua fundação que deve ser vista como elemento central difusor de grande parte da história subsequente do

⁵⁵ PANITCH, Leo, *op. cit.*, p. 74.

partido. É ela, e não uma pretensa modificação na estrutura de classes britânica do pós-guerra, ou a própria questão da chegada ao poder com uma confortável maioria parlamentar pela primeira vez na história, que explica o caminho percorrido pelo Partido Trabalhista no pós-guerra, pois, segundo Saville

a teoria fabiana da História inevitavelmente se apoia numa premissa ampla: a de que o governo numa democracia política está em pleno controle do Estado e do poder de Estado, e que não há limites efetivos à capacidade legislativa do governo. É baseado no postulado da neutralidade do Estado: que qualquer administração que chegue ao poder ipso facto está em controle amplo e total do seu programa legislativo.⁵⁶

É essa premissa equivocada que guia grande parte das ações do partido trabalhista, tomando forma prática a partir do governo Attlee. Essa confusão entre poder de Estado e poder de governo⁵⁷ trouxe consequências duradouras para o movimento trabalhista. Neste sentido, pode-se ler a importante obra de Miliband – e de grande parte dos intelectuais militantes de esquerda críticos ao trabalhismo – como um esforço em mostrar como as diversas instâncias do Estado sob o capitalismo encontram-se subordinadas aos interesses das classes proprietárias. Nesse sentido, sua obra – em especial o já citado *O Estado na Sociedade Capitalista* – constitui um vigoroso libelo contra a teoria do socialismo fabiano, que acreditava que a simples chegada ao governo bastaria para pôr em funcionamento as reformas que levariam gradualmente ao socialismo.

Conclusão

O século XX, mas em especial o pós-Segunda Guerra, assistiu a um processo de acomodação do Partido Trabalhista – e do sindicalismo ligado a ele – ao sistema político e econômico vigentes na Grã-Bretanha. A orgânica relação entre Partido Trabalhista e o TUC marcou as relações políticas na Grã-Bretanha ao longo do século XX, ganhando especial proeminência durante a vigência do bloco histórico keynesiano-fordista, amparando um Estado de bem-estar social cuja busca pelo pleno emprego e

⁵⁶ SAVILLE, pág. 86

⁵⁷ Debate importante mas que, por falta de espaço, não entraremos aqui.

seus amplos programas sociais se sustentavam numa pretensa mas impossível “aliança” entre Estado, capital e trabalho que caracterizou o período. É neste sentido que a participação do Partido Trabalhista se torna fundamental para a organização do capitalismo na Grã-Bretanha. Entretanto, a ampliação das funções econômicas do Estado, desde o seu papel central na reprodução ampliada do capital monopolista, até a sua gestão-reprodução da força de trabalho, sustentando a extração de mais-valia relativa e mantendo um equilíbrio, ainda que instável, entre as diversas frações do capital – monopolista e não-monopolista – presentes no bloco no poder, tem por consequência limites cada vez maiores à própria ação política do Estado e do partido no poder. Limites esses que se inscrevem na própria materialidade do Estado, que absorve as lutas entre as frações e as próprias lutas das classes dominadas e as condensa em sua materialidade específica, absorvendo demandas e conformando, dentro de suas instituições, elementos outrora importantes da organização da classe trabalhadora.⁵⁸

No entanto, ao avaliarmos a história do desenvolvimento do Partido Trabalhista, não podemos deixar de notar como a ideologia fabiana se adequa ao papel desempenhado pelo partido no pós-Segunda Guerra. A crença numa conquista, pelo interior do Estado e através das suas próprias vias e instituições, de uma nova sociedade, sofreu modificações, mas não se eliminou a visão mais geral da sociedade enquanto um todo não-homogêneo, mas possível de ter suas diferenças amenizadas ao máximo. Sua conjunção com o corporativismo do período definiu a atuação do partido e o sentido com que este atuava perante as demandas das classes trabalhadoras, sempre se equilibrando entre seu papel político-parlamentar e sua atuação organizativa da própria classe trabalhadora. Segundo Panitch,

visto que as estruturas corporativistas são agora um importante *locus* para a legitimação e a administração dos sacrifícios da classe trabalhadora em prol do ‘interesse nacional’, e visto que a compensação por estes sacrifícios não pode ser obtida do capital pelos próprios sindicatos via estruturas corporativistas, ela precisa ser fornecida pela arena partidária/parlamentar (onde os custos desta compensação, em qualquer caso, pode ser tornado difuso, ou seja, dividido pelo ‘público’ em geral). Partidos social-democratas

⁵⁸ Para uma exposição teórica que sistematiza o que estamos apenas mencionando aqui, cf. POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

interpretam o difícil papel de articular essas duas arenas: eles se oferecem para ganhar compensações para a classe trabalhadora através das instituições parlamentares – que dissociam a relação entre Estado e classe via representação/mediação –, em troca de compromissos feitos pela classe em instituições corporativistas – onde a representação/mediação é explicitamente pautada em critérios classistas. A força da interconexão fornecida pelos partidos social-democratas é geralmente o termômetro do grau em que redes organizadas de colaboração entre Estado e a iniciativa privada se estendem para incorporar de forma efetiva os sindicatos.

(...) Essa contradição é agravada porque as reais compensações obtidas em estruturas corporativistas e oferecidas na arena parlamentar à classe trabalhadora pelos seus sacrifícios geralmente ficam muito aquém das promessas feitas pelos partidos social-democratas, particularmente devido às restrições que a atual crise impõe aos gastos sociais do Estado capitalista e à sua disposição em desafiar os humores da ‘confiança do mercado’.⁵⁹

Papel vital nos trinta anos “dourados” do capitalismo britânico do pós-guerra tiveram o Partido Trabalhista e o TUC, contribuindo para um processo de despolitização das demandas operárias e apassivamento político desta classe, repelindo seus elementos mais radicais e se adequando aos limites vigentes da hegemonia deste bloco histórico, contribuindo de maneira crucial para a manutenção e perpetuação da relação de classes sob a democracia do Estado de bem-estar social de forma muito mais implícita do que se pensa naturalmente. E o velho debate na esquerda britânica sobre os “fracassos” do Partido Trabalhista em organizar politicamente a classe trabalhadora britânica em direção ao socialismo adquire um outro significado. Para Panitch, na verdade,

em grande medida, o que são vistos como fracassos do partido trabalhista são na verdade o seu sucesso. A função do Partido Trabalhista no sistema político britânico consiste não apenas em representar os interesses da classe trabalhadora, mas também em agir enquanto um dos principais mecanismos de inculcação de valores e símbolos nacionais na classe trabalhadora, e de reinterpretar e restringir as demandas da classe trabalhadora sob a luz desses valores. O Partido Trabalhista, em outras palavras, atua simultaneamente enquanto partido de representação e enquanto importante agente de controle social e de socialização política, mediando entre nação e classe. De forma mais geral, ao sustentar os valores de nação, parlamento, responsabilidade, contra valores da ação direta, revolução ou interesses ‘seccionais’, está executando um papel socializador que ao mesmo tempo legitima a sociedade existente e aponta contra o desenvolvimento de consciência política revolucionária por parte da classe trabalhadora.⁶⁰ – p. 121

⁵⁹ PANITCH, Leo, *op cit.*, p. 207.

⁶⁰

Ao longo da segunda metade do século XX o Partido Trabalhista britânico tornou-se a “a leal oposição oficial de Sua Majestade”, atuando numa tímida oposição de acordo com as regras do capitalismo britânico, conformando as opções políticas dentro do bloco histórico vigente, seguindo o horizonte limitado pelas diretrizes do keynesianismo, num papel altamente funcional para a dominação de classe e a contenção de demandas em vias próprias ao parlamentarismo burguês. O reforço do bipartidarismo onde, cada vez mais, conservadores e trabalhistas se indiferenciavam no poder e onde a oposição contida entre ambos em si era de fato extremamente artificial, haja vista que os dois partidos em questão normalmente “parecem remeter, em condições normais, antes a duas frações diferentes de um mesmo partido do que a dois partidos diferentes”⁶¹, completava o quadro. Autores como Mises, ferrenho crítico das organizações políticas pautadas nas diferenciações de classe, consideravam o bipartidarismo

como um requisito indispensável da democracia-mercado por ele teorizada. (...) O processo de concentração oligopolista, já nitidamente mais avançado e menos controlável no plano político do que no plano econômico, em vez de ser dificultado – como em teoria, na esfera da economia propriamente dita, as leis antitruste se propõem fazer – é claramente favorecido com toda uma série de medidas, relativas inclusive ao sistema eleitoral, que tendem a introduzir ou realizar o bipartidarismo, e um bipartidarismo que vê como concorrentes não dois programas nitidamente caracterizados mas sim dois aspirantes a líderes. Neste ponto, pode-se considerar definitivamente concluída a redução da comunidade política a mercado, o qual decide entre dois produtos políticos que, mesmo em concorrência recíproca, se assemelham como um dentífrício ou um sabonete se assemelham a um outro dentífrício ou sabonete de marca diversa.⁶²

A democracia burguesa, no que tange as organizações da classe trabalhadora, varia sua atuação no tempo e no espaço. É a luta de classes o fator que molda a forma dessa democracia, variável conforme esse termômetro fundamental da história que é o enfrentamento político das classes antagônicas do sistema capitalista. Vimos como

⁶¹ LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 307.

⁶² *Idem*, p. 297.

instituições genuínas da classe trabalhadora, que foram fundadas com um objetivo explícito de melhoria de suas condições e, em última instância, para o fim do capitalismo, acabam por serem quebradas e reformuladas para melhor servirem aos interesses gerais fundamentais da burguesia como um todo. As disputas em torno destas instituições são moldadas pelo comportamento das classes em confronto, ao mesmo tempo em que direcionam a própria forma como parte destas disputas ocorre. A adesão do Partido Trabalhista ao sistema de valores ideológicos característicos do capitalismo britânico foi fundamental para a manutenção deste, tornando a “leal oposição” do partido um fator crucial para a perpetuação do sistema, principalmente no período do *Welfare State*, quando tornou-se lugar comum incorporar lideranças dos elementos subalternos em órgãos tripartites da administração pública num programa de governo que só funcionava sob estrita colaboração interclassista. Sindicatos e partido trilham caminhos que muitas vezes se tangenciavam, mas que ao mesmo tempo tencionavam suas relações. O fato da classe trabalhadora britânica ainda se encontrar como fiadora do Partido Trabalhista, ou, em contrapartida, estar completamente pulverizada ideologicamente, explicita o grande percurso a se percorrer nesse sentido. Quanto a isso, diagnóstico de Miliband é definitivo:

O Partido Trabalhista permanece sendo, na prática, o que sempre foi – um partido de modesta reforma social dentro de um sistema capitalista cujas fronteiras estão cada vez mais firmes e irrevogavelmente enraizados. Esse sistema necessita de um partido assim, já que este desempenha um papel essencial no gerenciamento dos descontentes e ajuda a mantê-los dentro de limites seguros; e o fato de que o Partido Trabalhista se proclama no mínimo de cinco em cinco anos, mas às vezes ainda mais frequentemente, como tendo um compromisso não apenas com um modesto aperfeiçoamento da sociedade capitalista, mas com a sua completa transformação em uma ordem social justa, numa sociedade sem classes, em uma nova Grã-Bretanha, o faz ainda mais útil na preservação da ordem social existente. É provável que o Partido Trabalhista continuará apto a desempenhar este papel altamente ‘funcional’ ainda por muito tempo.⁶³

⁶³ MILIBAND, Ralph, *op. cit.*, p. 376.

Bibliografia:

COATES, David. “The Failure of the Socialist Promise” (1975). In: COATES, David (Ed.) *Paving the Third Way: The Critique of Parliamentary Socialism – A Socialist Register anthology*. Londres: Merlin Press, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Estratégias para uma esquerda racional: escritos políticos (1977-1988)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MILIBAND, Ralph. *Parliamentary Socialism: A Study in the Politics of Labour*. Londres: Merlin Press, 1979.

_____. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

PANITCH, Leo. *Working Class Politics in Crisis: Essays on Labour and the State*. Londres: Verso, 1986.

_____. *Social Democracy and Industrial Militancy (1945-1974)*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, o Socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. (org.). As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: POULANTZAS, Nicos (org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

PRZEWORKI, Adam. *Capitalismo e Socialdemocracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAVILLE, John. “Labourism and the Labour Government” (1967). In: COATES, David (Ed.) *Paving the Third Way: The Critique of Parliamentary Socialism – a Socialist Register anthology*. Londres: Merlin Press, 2003.